

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

Editora NAEA

Editor-Chefe: Silvío José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Letícia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

 **NAEA**
EDITORA

BELÉM
2023

Diagramação

Triunfal Gráfica e Editora

Foto de capa

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanheais Espírito Santo e Carajás.
Autor: Bloomberg (Getty Images)

Criação da capa

Lucas França Rolim

Revisão de texto

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Andrew Caetano (Editora Cubo)

Padronização e normatização

Lucas França Rolim
Idelvandro José de Miranda Fonseca

Editoração final

Aurilene Ferreira Martins
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

A489 Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores

Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio	1
<i>Carlos Antônio Brandão</i>	
Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos	7
1 A importância heurística da região, uma nota	9
<i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i>	
2 Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás	17
<i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i>	
3 Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás	35
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i>	
4 Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais	53
<i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i>	
5 Um diálogo possível? Aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás	77
<i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	
6 Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás	93
<i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i>	
Parte 2 Tópicos da história regional	115
7 A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da Folha de S. Paulo	117
<i>Eduardo de Melo Salgueiro</i>	
8 Alteridades e outridades na região de Carajás	139
<i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i>	
9 Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais	159
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i>	
10 O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022)	183
<i>Janaílson Macêdo Luiz</i>	
11 Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada	207
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
12 Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso	231
<i>Flávia Marinho Lisboa</i>	

13 Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i>	257
Parte 3 Economia e região	279
14 Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	281
15 Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	309
16 Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i>	341
17 O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	361
18 A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i>	381
Parte 4 Conformação da rede urbana	415
19 A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i>	417
20 Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i>	441
21 Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i>	467
22 Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i>	485
Parte 5 Ensino e escola	503
23 Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabeth Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i>	505
24 A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i>	523

25	Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento	545
	<i>Rosemeri Scalabrin</i>	
Parte 6	Elementos do agrário regional	569
26	Trajatórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás	571
	<i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	
27	Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás	613
	<i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i>	
28	Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás	637
	<i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magevski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i>	
29	O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas	655
	<i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i>	
Parte 7	Domínios da natureza	675
30	Componentes naturais da paisagem na região de Carajás	677
	<i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i>	
31	Geoeologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás	707
	<i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
32	A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem	729
	<i>Keid Nolan Silva Sousa</i>	
	Sobre as autoras e os autores	751

DO PENTECOSTALISMO À TERRA DE REALIZAÇÃO¹

Fernando Arthur de Freitas Neves  

INTRODUÇÃO

Quando se consideram os processos de configurações territoriais com base na sua dimensão e na perspectiva histórica, evidencia-se que o território, enquanto uma unidade distinta no espaço, comporta um conjunto de relações e de práticas sociais que nele se manifestam de forma particular, sendo que uma destas manifestações é atinente aos componentes religiosos.

Nesse contexto, os dados dos dois censos demográficos que captam manifestações da primeira década do século XXI pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2002, 2012) retrataram diferenciações regionais no âmbito da heterogeneidade de componentes religiosos quando inferem a presença, dentre população, de católicos de diferentes igrejas evangélicas de mais de duas dezenas de congregações, espíritas, umbandistas, sem religião etc. Ao lado dessa diversidade regional em termos religiosos, esses censos confirmaram a tendência do decréscimo demográfico do catolicismo e de que essa tendência não se deve apenas à pluralização religiosa, mas principalmente ao crescimento ativo do protestantismo, sobretudo o liderado pelos pentecostais de diversas denominações evangélicas. Registraram, por conseguinte, a aceleração da propensão enfatizada por Camargo, no início da década de 1970 (Camargo e Souza, 1973).

Evidentemente que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, e no presente artigo iremos abordar algumas das facetas dessa dinâmica de mudança social na região de Carajás, nos termos propostos por Monteiro e Silva (2023).

MENTALIDADES: A INTENSIFICAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES

As alterações na composição religiosa da população como as apresentadas são parte de um processo de intensas transformações nas mentalidades. As concorrências entre as mensagens simbólicas foram potencializadas exponencialmente pelas mídias eletrônicas.

Na segunda metade do século XIX, nota-se que os chamados avivamentos promovidos nas reuniões de pregações feitas pelos pastores no sul dos Estados Unidos da América (EUA), a

¹ Publicado originalmente em *Novos Cadernos NAEA*, 25 (4), dez. 2022.

difusão da proposta religiosa do pentecostalismo, ainda se realizava com a típica característica de missionamento², nas quais o Atrato do Evangelho dispõe-se a atrair ouvintes para fé, via seu poder de intercessão, ao enfatizar a crença de uma Redenção imediata e; posteriormente, a qual é agregada com um corpo de valores religiosos do protestantismo. Este modelo de outrora, dista e muito do atual modelo da conversão operado nos programas de TV, convertidos em templos religiosos, com os quais nos acostumamos a ver as práticas do chamado “televangelismo” instituído pela referência americana do protestantismo de televisão.

O ineditismo deste modelo de atração e conversão, costumeiramente, tem sido atribuído à *Aimee Semple McPherson*, posteriormente reconhecida como fundadora da Igreja Quadrangular. A incorporação do rádio e do telefone para fazer as transmissões do modo como acreditava em seu cristianismo serviu de inspiração para constituição de novas igrejas. Na segunda metade do século XIX, o Brasil vivenciou um pensamento modernizador de progresso e expansão, proporcionando a entrada de imigrantes da América do Norte e Europa que traziam consigo seus hábitos e concepções religiosas distintas dos que predominavam no Império brasileiro. Contra essa revolução das mentalidades, a Igreja Católica reagiu com a intolerância dos séculos anteriores, como fica patente desde a bula *In Eminenti*, de 24 de abril de 1738³, em que o papa Clemente XII declara quão arrogante era a proposta das seitas, cujo único intento seria debilitar a religião católica e descaticizar a cultura.

Nesta vereda, a recusa em partilhar a mensagem do cristianismo com outras agências religiosas estava no espírito da época do monopólio de fé do catolicismo, assegurado pela constituição brasileira de 1824; embora permitisse o direito a outros credos, excluídas as religiosidades africanas e indígenas, não assentia às demais expressão pública, nem a instituição de templos, garantindo apenas o espaço doméstico para culto. Esta postura visava a proteger os brasileiros dos muitos perigos de perturbações e conflitos religiosos, como havia ocorrido nos países que recepcionaram a Reforma Protestante.

Se a liberdade religiosa era algo a causar temor no clero e na grande maioria dos católicos, havia uma série de liberais dispostos a conviver com outros modos de fé, como Tavares Bastos, Lauro Sodré, Bernardo de Souza Franco, além dos irmãos Ottoni, por acreditarem que trariam para a sociedade brasileira os ganhos da modernidade e da civilização com a incorporação da liberdade de culto e o pleno reconhecimento dos direitos civis, até então denegados aos protestantes, situação somente superada com a Proclamação da República (Pereira, 2007).

De todo modo, o cenário de aparente descompromisso com a religião católica levou alguns protestantes a concluírem que no Brasil suas doutrinas teriam espaço para se consolidar⁴. Isso porque a província do Pará foi progressivamente se tornando palco do estremecimento da relação

² Há uma série de estudos abordando o missionamento, dentre eles, Alves (2020), Gonçalves, Bellotti et al. (2017), Campos e Junior (2014) e Carmo et al. (2017).

³ In *Eminentis Apostolatus Specula* sobre a maçonaria. Bula Papal de Clemente XII, 28 de abril de 1738. Esta bula compreende a recusa do episcopado católico em direção ao diálogo com as forças vitoriosas saídas da revolução burguesa. Tal postura refletiu-se nos constantes e renovados obstáculos ao diálogo inter-religioso e, por suposto, esta disposição foi renovada para a manutenção da divergência. A associação do protestantismo à maçonaria persistiu em outros documentos: Pio VIII - Encíclica de 20/3/1829; Pio IX - Encíclicas *Omi Pluribus* em 1864 e Alocução de 20/4/1864, Constituição Apostólica “SEDIS” em 1869 e Encíclica *Nascita et Nobiscum* em 1874 e Leão XIII - Encíclicas de 1878, 1884 e 1892.

⁴ Reafirmo-nos aqui às ideias de autores que afirmam possuir o Brasil alguma receptividade para o protestantismo, tais quais: Hauck e Fragozo (1985), Santos (1992) e Vieira (1980).

entre Igreja e Estado, sobretudo a partir das ações ultramontanas aplicadas por D. Macedo Costa no intuito de abafar as crenças que estavam se firmando entre os populares, gerando a sensação de que a religião católica exercia uma soberania frágil na Amazônia.

Comparativamente a outros dramas para a hierarquia católica preocupada com a diminuição da frequência nos ritos religiosos, as igrejas acatólicas são em número menor, porém os recortes do tempo presente foram revigorados com as pautas moralizantes a respeito de orientação sexual, modelo tradicional de família e no *referendum* da Bíblia como fundamento de verdade superior aos conhecimentos consagrados pela ciência e pela técnica. Se anteriormente os protestantes bateram-se pelos ideais liberais, confrontando o retrógrado modelo católico, hodiernamente aprofundaram suas características nos costumes conservadores, destituindo qualquer convivência pacífica com outras formas de crença, optando inclusive, às vezes, pelo ataque aos templos religiosos de matriz africana e àqueles irmanados nessa fé.

Portanto, o estudo sobre o modo de inserção do protestantismo na Amazônia não pode deixar de perceber as interações do campo religioso com as esferas socioeconômica e política. Em determinados instantes há a superposição destas estruturas, sobretudo quando reconhecemos a intensificação da concorrência entre as mensagens religiosas originadas na segunda metade do século XIX na expectativa de fidelizar e atrair novas levas de crentes, mobilizando em conjunto a salvação das almas e o sucesso da satisfação material indicado pelo aumento da riqueza de seus membros.

UMA TERRA PROMETIDA

No processo histórico de ocupação da Amazônia podemos observar uma leva bastante considerável de imigrantes em busca de oportunidades para satisfazer suas expectativas de tornarem-se proprietários de terras, porém a presença do protestantismo não pode ser sombreada devido ao interesse dessas agremiações religiosas em participarem da expectativa de encontro com a terra prometida. Talvez seja exagero definir essa busca de novas terras do mesmo modo como representou o Destino Manifesto na experiência de expansão dos EUA para a costa oeste, cujo princípio de assegurar as terras para aqueles conquistadores estava na atualização do imaginário puritano de vivenciar a liberdade religiosa de que não dispunham na Inglaterra do século XVII. Contudo, não se pode menosprezar a importância do processo de conquista de novas terras inspirada pela ideia de eleição, presente na mentalidade protestante, como um signo de efetiva salvação pela via do trabalho, derivada da valorização ética no espírito do capitalismo. Segundo Weber, as colônias norte-americanas tiveram de conviver com “o agudo contraste entre os *adventurers*, de um lado, que instituíram *plantations* com a mão-de-obra escrava dos *indentured servants* que queriam viver ao modo de senhores” (Weber, 2004, p. 158) sendo essa última concepção a menos adequada à mentalidade puritana.

O processo de ocupação das terras da Amazônia iniciado pelos portugueses no século XVI configurou uma empresa de conquista espiritual, segundo caracterizou Arthur Cezar Ferreira Reis (2001). Todavia, em par com o domínio espiritual foi promovida a efetiva conquista material da região, tendo Estado e Igreja Católica ratificados a ordem moral e social sobre estes territórios até então habitados pelas populações indígenas, ancoradas em suas mundivisões, costumes e crenças.

Houve um processo extremamente intenso de desestruturação da organização social e religiosa dessas populações promovido pelos conquistadores ao adornarem-se de suas terras, tendo a doutrina católica servido de justificção para legitimação destes atos. Convém sempre salientar a eficiência dos recursos empregados pelo catolicismo para atrair almas para o seu rebanho, ora com o emprego da violência aberta, ora traduzindo seu modo de pensar e agir para emparelhar-se às formas nativas de interpretação dos acontecimentos e o devir ditado a essas populações. Essa empreitada resultou em diversos genocídios das mais diferenciadas etnias.

No raio dessa nova ocupação, o processo de concorrência religiosa já está impresso, porém ainda não é um mercado carregado de diversas propostas oriundas do cristianismo. Pode-se atestar o fim do monopólio religioso, notadamente pela presença do pentecostalismo, como se pode demonstrar pela expansão da Igreja Assembleia de Deus ainda nas primeiras décadas do século XX, quando esta denominação se interiorizou na Amazônia usando o modo tradicional de penetração pela via dos rios. A segunda onda de penetração de concorrência religiosa ocorre nos anos 1940 graças à liderança da Igreja Adventista do Sétimo Dia que instrumentalizou o aproveitamento de um barco/ hospital para promover um trabalho de pregação, conversão e assistência, adaptando-se com os meios disponíveis para difundir sua mensagem naquilo que ficou conhecido como “Luzeiro da Amazônia” no qual prestava assistência em saúde. Em paralelo com o trabalho caridoso, viabilizou a difusão de sua própria crença religiosa. Uma vez mais o rio ainda era rio e ainda era a principal via para se chegar às comunidades do interior da Amazônia. Essa situação irá mudar radicalmente com a abertura das estradas de rodagem.

A instalação e efetiva conquista das terras até os anos 1950 havia sido majoritariamente feita usando os caminhos de navegação para fixar o domínio e controle dos fluxos por meio da fundação de vilas e cidades dos grandes rios. À guisa de exemplo, Cameté no Rio Tocantins, Porto de Moz no Rio Xingu e Santarém no Rio Tapajós serviram de base para penetração mais e mais no interior da floresta, sempre singrando paranás e igarapés, nos quais estavam sendo estabelecidos sesmarias e sítios. A partir dos anos 1960, a avalanche do grande capital em integrar a fronteira à unificação nacional foi associada à frente camponesa que se deslocou mais aceleradamente na expectativa de ombrear-se às oportunidades para realizar sua utopia de salvação e sucesso. De forma que, na segunda metade do século XX, o processo de crescimento e expansão econômica forjou um novo/ velho tipo de ocupação na Amazônia. Trata-se de uma expansão que teve uma das principais frentes de migrantes originadas no Nordeste (Andrade, 1977), as quais alcançaram os vales do Itacaiúnas (Velho, 2009, p. 91) na região de Carajás. Parte dessa frente de expansão teve uma importante dimensão religiosa e simbólica. Martins (1996, p. 54) indica que frentes pioneiras que chegaram a essa região foram impulsionadas por concepções religiosas, que se manifestaram em milenarismo sertanejo e em práticas comunitárias que previam alcançar um lugar, um tempo de justiça, de fraternidade, de liberdade, de fartura – um tempo de libertação (Martins, 1996, p. 54). Tratou-se das “Bandeiras Verdes”, movimento sociorreligioso de diversos grupos de camponeses que chegaram à porção oriental da Amazônia inspirados pelas profecias do Padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio, que seria o rio Araguaia (Martins, 1996, p. 53). Esses milhares de camponeses, movidos por essa esperança da terra prometida, ao transporem o rio Araguaia e se estabelecerem regionalmente, integraram um conjunto de processos sociais que resultaram na construção social da região de Carajás (Monteiro e Silva, 2023).

Nas últimas quatro décadas do século XX, a construção de diversas estradas foi decisiva para a reorganização espacial das relações econômicas e sociais na Amazônia. Elas permitiram superar barreiras espaciais à circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas ensejando expansão e reorganização espaciais das relações de produção em diversas escalas geográficas. São infraestruturas que serviram de catalisadores para a chegada de homens e mulheres sedentos de oportunidades devido à expulsão de seu lugar de origem e por razões de diversas ordens; opção dirigida pelo Estado brasileiro para executar a unificação do território nacional pelas estradas de rodagem exemplificada na inauguração da rodovia Belém-Brasília em 1959 e, posteriormente, na década de 1970, com a realização da rodovia Transamazônica. O pacto de integração dirigido pela ditadura civil-militar selava o desejo de incorporar essas terras ao ideário de “Brasil Grande”.

Naquela quadra histórica, o catolicismo ainda era a religião mais evidente dentre os que chegavam à região de Carajás. Trata-se de conjuntura na qual a atuação da Igreja Católica organizava-se guiada pelas decisões das Conferências do Episcopado Latino-americano realizadas em 1968 e 1979 nas quais se firmou a necessidade de que a ação pastoral se pautasse pela opção preferencial pelos pobres (Figura 1). Regionalmente a atuação da Igreja Católica foi fortemente marcada pela perspectiva teológica presente na Teologia da Libertação que serviu como base de formação política aos animadores de comunidades, agentes pastorais e membros das assessorias da Pastoral da Terra; e era “expressa através de inúmeros boletins, folhetos, jornais e revistas que circulavam por entre os sujeitos sociais quer protagonizavam as lutas do campo” (Pessôa, 2022, p. 223).

Figura 1 – Imagem de celebração de missa para famílias de camponeses, Redenção, Pará, 1980.

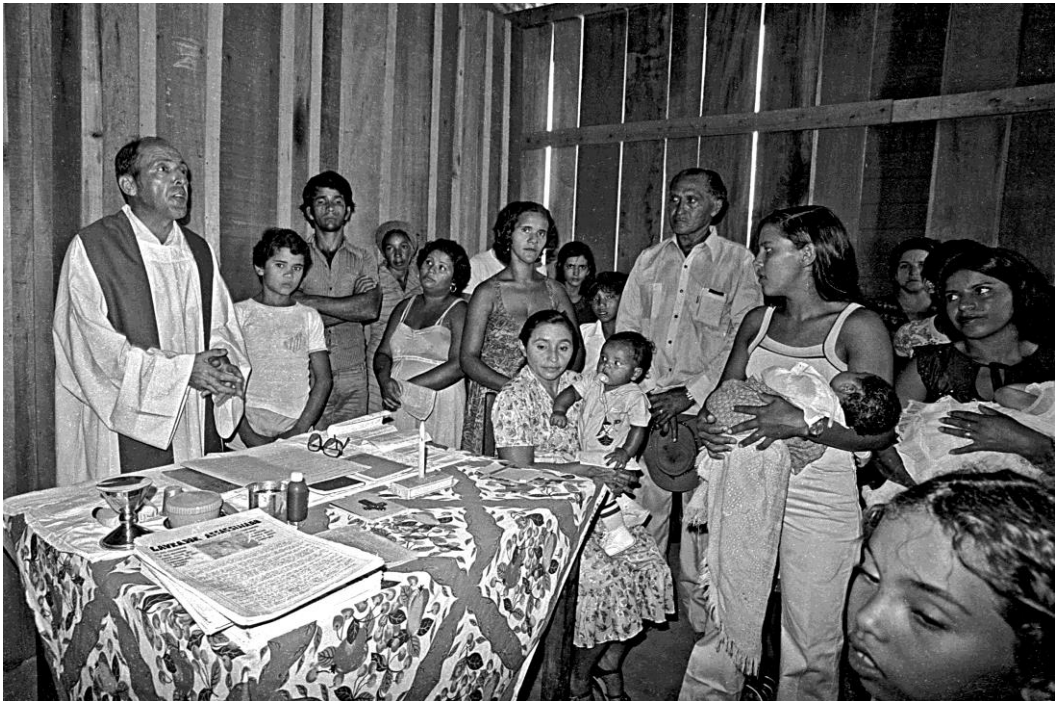


Foto: Juca Martins (OlharImagem).

Assim, é importante compreender a ação protestante na Amazônia à luz das investidas sazonais de propaganda, bem como entender o estabelecimento do protestantismo de missão, passando pelo protestantismo de imigração até o neopentecostalismo de centrifugação gerado na constituição das muitas igrejas, ministérios, apostolados, missionários presentes no território nacional, particularmente na região de Carajás, no estado do Pará, dedicando especial atenção para indicar quais são os projetos de satisfação espiritual e material articulados com a esfera política. Desta feita, os recursos de um “modo de ser” neopentecostal e pentecostal foram atualizados para barrar as iniciativas secularistas interessadas em destinar as questões de fé apenas para o espaço privado, deixando ao espaço público as demandas da cidadania.

GRUPOS RELIGIOSOS, ATORES POLÍTICOS E O REFLUXO DO CATOLICISMO EM CARAJÁS

Assim como composição religiosa é regionalmente diversificada a contração do catolicismo, em que pese ser geral, também ocorre de forma muito diferenciada. Regionalmente, em 2000, 69% da população se declarava católica apostólica romana, percentual que foi reduzido para 56%, em 2010 (Figura 2). Por outro lado, os que se reivindicavam como pertencentes a algumas das denominações evangélicas passaram de 20% para 30%. Essa variação ocorrida, a exemplo da região fluminense de Macaé e na região meridional Pelotas foram as maiores oscilações regionais do Brasil (Figura 3).

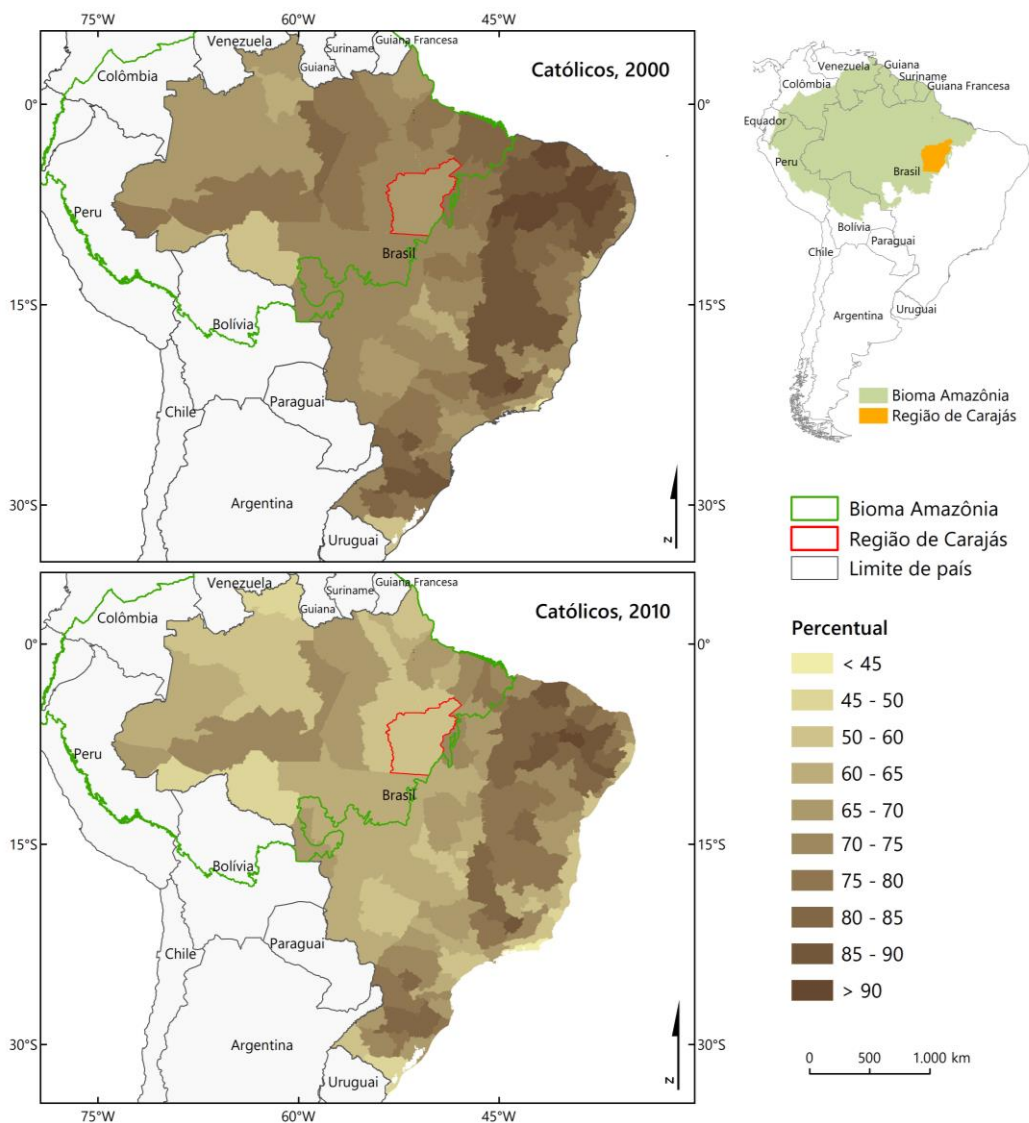
A tendência geral de refluxo do catolicismo e de crescimento das religiões evangélicas manifestou-se na região de Carajás de forma mais intensa do que na maioria das regiões brasileiras. Na primeira década deste século, a participação percentual dos católicos na população recuou 18%, enquanto a dos evangélicos foi expandida em 43% no período (Figura 4).

Tendência de refluxo do catolicismo na região de Carajás, em que pese sua maior amplitude do que a observada na maioria das regiões brasileiras no início do século XXI, insere-se em uma das novas configurações demográficas relativas à ampliação da presença dos evangélicos no Brasil. Machado (2006) e Bandini (2003) apontaram que o início do século XXI também vai presenciar uma significativa ampliação de esforço organizado e coletivo de denominações evangélicas patrocinarem a representação política e preparação de alguns de seus membros para a disputa e a atuação parlamentar, mesmo diante do ajuizamento negativo da cultura política expresso pelos discursos desses grupos. Machado e Burity (2014) avaliaram que se trata de uma nova postura de segmento social que era comumente preterido pela elite política em busca da compensação e de equiparação com outros segmentos que se manifestam na esfera política e encarregam-se de produzir a legislação.

Assim, o envolvimento dos integrantes dessas comunidades em agremiações partidárias, nas disputas eleitorais e nos debates políticos é uma dinâmica social que ganha relevância crescente e merece ser mais bem compreendida, o que nem sempre é fácil, dada a desconfiança dessa membresia em relação à oferta de informações sobre a denominação religiosa e suas concepções, organizações sociais ou as investidas na política. O tratamento dado por parte da imprensa, em alguns casos, tornou esse segmento bastante avesso a prestar esclarecimentos até para pesquisas acadêmicas. A alternativa adotada para realizar uma aproximação acadêmica em relação ao

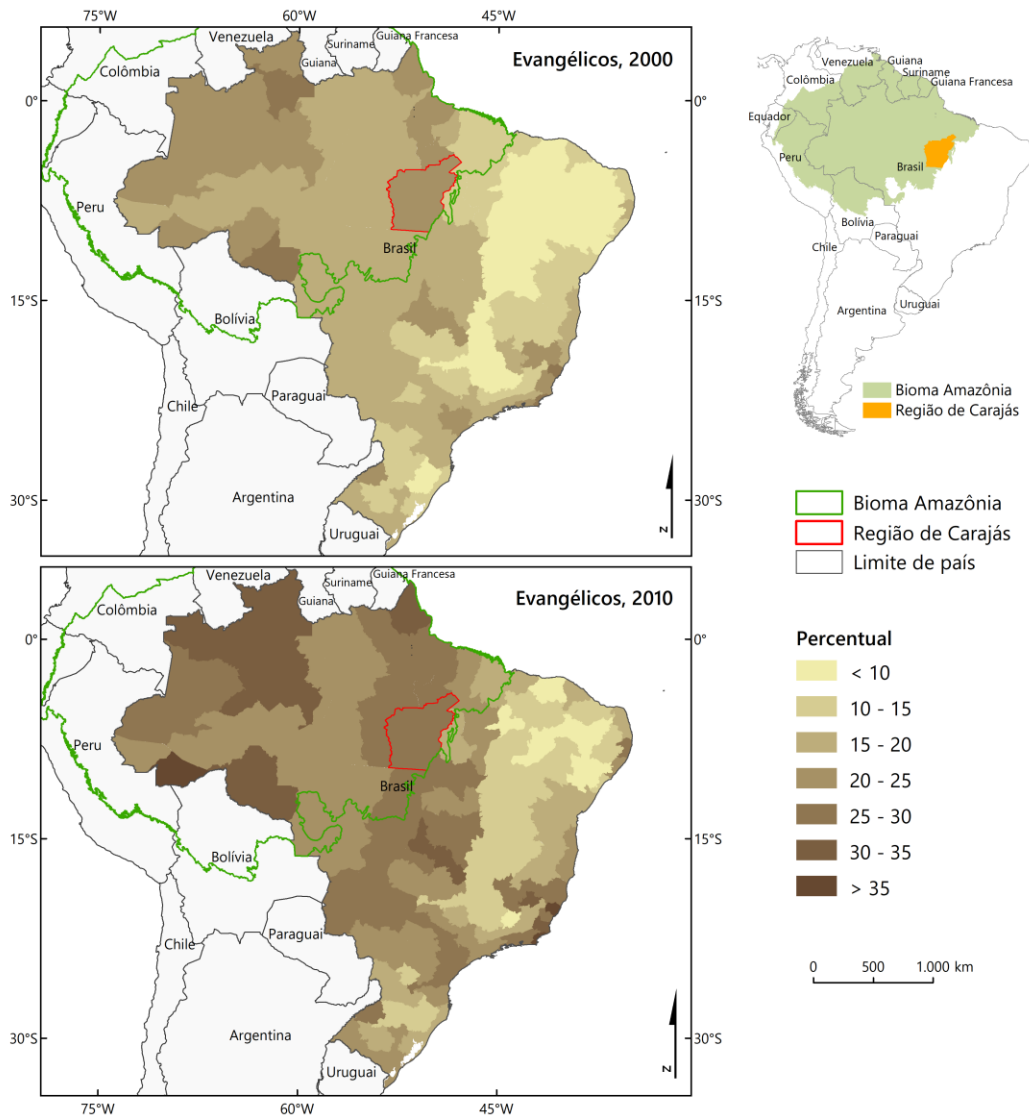
conteúdo dessa prática social foi colher aquilo que está na esfera pública das mídias eletrônicas, alguns indícios de seus próprios veículos para perceber sua atuação e os objetivos pretendidos. A afiliação religiosa desses neopentecostais na política também é complexa porque nem sempre estes ostentam um sinal distintivo, seja nas redes sociais eletrônicas, seja nos seus próprios nomes na política. Convém salientar que a apresentação de determinados projetos pode ocorrer pela iniciativa de outros aliados ao campo do pentecostalismo, embora sem serem enquadrados no campo pentecostal.

Figura 2 – Mapas com a indicação de percentuais de católicos em relação à população total nas regiões brasileiras, com destaque para a região de Carajás, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2002, 2012, 2017). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

Figura 3 – Mapas com a indicação de percentuais de evangélicos em relação à população total nas regiões brasileiras, com destaque para a região de Carajás, 2000 e 2010.



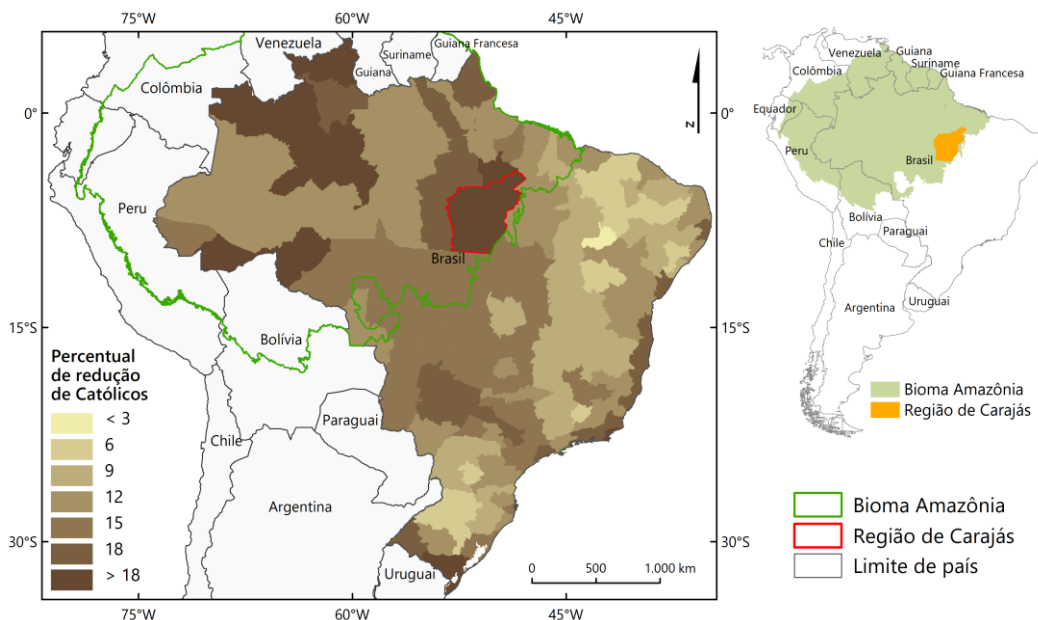
Fonte: IBGE (2002, 2012, 2017). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

Optou-se por demonstrar a atual presença deste perfil identificado com o pentecostalismo nas câmaras de vereadores para o mandato de 2021/2024 a fim de assinalar sua relevância. Uma série histórica não é possível ser tratada no momento para captar seu modo de evolução, entretanto o levantamento realizado sobre as ocupações nestas câmaras evidencia um retrato indicando o fazer político deste segmento em diversas cidades da região de Carajás, alargada por outras cidades do Sul do Pará (Quadro 1).

Dentre os 32 municípios que compõem a região de Carajás, os protestantes conquistaram cadeiras em pelo menos uma dezena deles, encontrando-se distribuídos entre uma plêiade de partidos, com uma clara preferência pelo Partido Social Cristão (PSC). Como parte de um esforço para exemplificar elementos centrais da atuação desses vereadores, nos itens seguintes são

apresentados aspectos que me parecem esclarecedores acerca da atuação parlamentar desses vereadores.

Figura 4 – Mapa com a indicação de percentual de redução de católicos entre 2000 e 2010 em relação à população total das regiões brasileiras, com destaque para Carajás.



Fonte: IBGE (2002, 2012, 2017). Elaborada por Regiane Parcampos da Silva.

Um deles, como indicado no Quadro 1, é o vereador pastor Ronisteu, da cidade de Marabá. O pastor Ronisteu não é um novel na região, pois está ali há 42 anos. Não tendo sido filiado a outro partido além do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), milita em suas fileiras por 21 anos, nas quais tem sustentado com característica do seu mandato a defesa da família, da educação e de valores judaico-cristãos. Membro da Igreja do Evangelho Quadrangular, ele pôde pavimentar sua carreira política, mas assevera que às vezes foi perseguido por manifestar sua crença fora da igreja. Também sustenta existir uma pressão maior de jornais e televisões sobre pastores e líderes de sua denominação.

Preocupado em atender às demandas do seu eleitorado, o pastor Ronisteu, na legislatura iniciada em 2021, apresentou uma proposta de apoio à ideia do cultivo aos valores da igreja evangélica como testemunha o projeto de lei de sua autoria, segundo o qual esperava ver “reconhecida a essencialidade das atividades religiosas realizadas no templo e fora dele, em qualquer tempo, no âmbito do município de Marabá, Pará” (Marabá, 2021). Todavia, sem ter amparo entre os pares, esta proposição foi arquivada naquela casa legislativa. Outra iniciativa do mesmo vereador teve sucesso. Tratou-se de proposição que estabelecia tratamento diferenciado da instituição religiosa em relação ao fisco municipal, sendo aceito por seus pares o Projeto de Lei (PL) 53/2021 que concede “isenção tributária a templos, cultos, demais instituições religiosas e entidades vinculadas, no âmbito do município de Marabá, e dá outras providências”, ficando no aguardo da sanção do alcaide. Sua paridade com o campo conservador pode ser inferida por meio da apresentação de projeto de lei a conferir o título de cidadão marabaense ao presidente

Bolsonaro pelos relevantes serviços prestados, propositura que foi acatada pelos demais parlamentares. Importante indicar que o pastor Ronisteu se sentiu bastante estimulado em responder ao questionário submetido por nós para aferir algumas de suas posições. Fundado neste instrumento, replicou negativamente sobre a separação entre religião e política. Como suporte para esta afirmação, alude à satisfação de seus eleitores com as suas proposições. A ele parece significativo o bom uso da esfera política para sustentação de seus valores religiosos, justificando o amparo financeiro cedido pelo município para os templos serem isentos de tributos. Paradoxalmente, quando interrogado se considerava correto todas as religiões receberem dinheiro/apoio financeiro do governo, respondeu que não. Obviamente a renúncia de receita do município afeta as obrigações para com saúde, educação, dentre tantas outras, porém a noção de isenção tributária não é percebida como efetivo apoio financeiro.

Segundo seus valores, a prosperidade e o sucesso de cada indivíduo é fruto do trabalho dele, entretantes, em um período como o vivenciado pela pandemia de *Coronavirus Disease-2019* (COVID-19), reconhece como necessários programas como o bolsa família ou os auxílios financeiros específicos, como os aprovados pelo Congresso Nacional. Quando abordado quanto à pauta política em relação à necessidade de continuar a realizar eleições livres e democráticas, como é no atual sistema, alinha-se na defesa do regime democrático, sem achar comprometedoras as investidas feitas para forçar a sociedade civil, a suprema corte de justiça, o ministério público e o parlamento às diretrizes do governo Bolsonaro sem prestar obediência aos ritos do regime democrático.

Com efeito, a opinião pública e o ordenamento jurídico vigente no país já absorveram algumas medidas de inclusão da diversidade sexual como um reconhecimento da cidadania. No entanto, os embates seguem gerando muito ruído devido à baixa adesão aos novos costumes trazidos pela relevância das pautas inclusivas como direito à união civil para os LGBTQIAP+. Aqueles filiados a essas igrejas têm demonstrado baixa tolerância para assimilar o direito pleno de expressão da vida aos membros desta comunidade; por isso sua recusa em admitir os recursos que efetivam o exercício da cidadania como a união civil para aqueles interessados em poder partilhar os haveres conquistados sob a forma de salário, pensão, herança ou doação; mais ainda, os defensores do formato de família tradicional, como no caso do vereador Eloi Ribeiro, do Partido Republicano, na cidade de Marabá, não abrigam este pleito nem o argumento de o pecúlio ou renda ter sido originado entre aqueles a requerer a união civil.

Pertencendo a partidos políticos diferentes e a igrejas diferentes no campo pentecostal, ambos os vereadores, Pastor Ronisteu e Eloy Ribeiro, conseguem perceber a relevância de haver educação sexual nas escolas como uma forma de prevenção às crianças frente aos abusos cometidos, sem, porém, legitimar qualquer discussão sobre a sexualidade sancionada na normatividade dos gêneros masculino e feminino. De modo semelhante, os dois vereadores do campo conservador na cidade de Marabá afirmaram não ser correto discriminar as religiões de matriz africana genericamente por terem essa origem; todavia, durante os cultos presenciais ou televangélicos, esta é uma característica muito evidente em algumas igrejas pentecostais. Ali são assistidas diversas pregações sobre como Satanás se faz presente nos ritos com sacrifício de animais e pela incorporação de guias, caboclos e exus, causando uma rejeição nos protestantes nesta maneira de experimentar a religião.

Quadro 1 – Perfil identificado com o pentecostalismo nas câmaras de vereadores para a legislatura de 2021/2024 na região de Carajás.

Município	Vereadores evangélicos (Partidos)	Igreja
Abel Figueiredo	Sem informação	
Água Azul do Norte	Rodrigo de Souza Leite (PSC) Ronaldo	
Bannach	Não há	
Bom Jesus do Tocantins	Antônio Nanô de Freitas (PSC)	Primeira Igreja Batista
Brejo Grande do Araguaia	Não há	
Canaã dos Carajás	Não há	
Conceição do Araguaia	Não há	
Cumaru do Norte	Francisco Araújo Soares (PSC) Francisco	
Curionópolis	Sem informação	
Eldorado do Carajás	Jackson Vieira dos S. Silva (PSD)	Igreja Casa da Bênção
	Vaniele N. Barbosa (PSC)	Igreja de Deus no Brasil
	Maiza Nunes da Silva (PSC)	Igreja Casa da Bênção
	Josemir da Silva Lima (PSD)	Igreja Casa da Bênção
Floresta do Araguaia	Não há	
Itupiranga	Sem informação	
Jacundá	Sem informação	
Marabá	Ronisteu da Silva Araújo (PTB)	IEQ
	Eloi Ribeiro (Rep.)	Iurd
	Fernando Henrique Pereira da Silva (PSC)	Igr. Assembleia de Deus
Nova Ipixuna	Não há	
Ourilândia do Norte	Não há	
Palestina do Pará	Não há	
Parauapebas	Francisco Eloecio Silva Lima (Republicanos)	Ministério Internacional da
	Josivaldo Antônio da Silva (PP)	Iurd
	Eliene Soares (MDB)	Igr. Assembleia de Deus
	Rafael Ribeiro Oliveira (MDB)	Nova Chance
Pau D'Arco	River de Sol (PSC)	
Piçarra	Não há	
Redenção	Hugo Tomé (PSC)	
Rio Maria	Sem informação	
Rondon do Pará	Paulo Sergio Pereira de Oliveira (PSC)	
Santa Maria das Barreiras	Sem informação	
Santana do Araguaia	Sem informação	
São Domingos do Araguaia	Sem informação	
São Félix do Xingu	Sem informação	
São Geraldo do Araguaia	Rômulo Assunção Pereira (Rep)	Igr. Assembleia de Deus
São João do Araguaia	Não há	
Sapucaia	Sem informação	
Tucumã	Sem informação	
Xinguara	Sem informação	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

Notadamente na Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), da qual Eloy Ribeiro é membro autodeclarado, encontramos essa conduta de depreciar aquela vivência religiosa, enquanto no cargo de vereador sua preferência é pela necessária adoção da leitura da Bíblia nas escolas como referência para modelagem da alma e do corpo, no que é acompanhado pelo Pastor Ronisteu ao confiar na orientação religiosa para formação do caráter fundado no estudo da Bíblia no templo ou fora dele, dedicando espaço privilegiado e obrigatório dessa ação na escola. Por essas proposições, o estado laico brasileiro vai sendo amalgamado, sem observar adequadamente a

esfera pública e a sociedade civil separadamente devido à introdução de conteúdos religiosos no currículo da escola pública e privada.

Outro tema deveras explorado, alcançando grande repercussão na sociedade civil, são as declarações, sobretudo dos líderes nacionais das denominações religiosas pentecostais, no que respeita à igualdade entre homens e mulheres. Segundo a interpretação corrente entre os pentecostais, essa qualidade não está restrita à condição para salvação e sucesso, entretanto sendo necessário reconhecimento da primazia do gênero masculino sobre o feminino na humanidade, alegando ser esta não apenas uma tradição, mas um ordenamento bíblico para justificar a desigualdade. No plano das câmaras de vereadores, foram os homens, pastores Ronisteu e Eloi Ribeiro, que tornaram pública sua concordância sobre rendimento igual para trabalho igual entre homens e mulheres; isso não significa um desacordo com o ordenamento bíblico, nem com a autoridade dos líderes nacionais dessas mesmas denominações, apenas representa o reconhecimento de um postulado imediato quando diante de um questionário ao qual responderam, sem necessariamente a prática quotidiana poder revelar outro comportamento. O fato é que eles não apresentaram até o momento nenhum projeto que consagre a diferença salarial para gêneros diferentes; por ser uma legislatura em seu início, talvez possa haver alteração nesta questão, embora o interesse mais alardeado por essas igrejas esteja na validação da supremacia moral do gênero masculino, ficando a apresentação de legislação deste tipo condicionada a fatores como a pressão da base eleitoral.

No ano de 2018, assumiu a presidência da república do Brasil Jair Bolsonaro, histórico membro do campo conservador, tendo passagem por muitos partidos, porém sempre ratificando sua identidade com as causas caras a este segmento como a proibição da união civil entre pessoas do mesmo sexo e da educação sexual nas escolas, a defesa da extensão do porte de armas, e do trabalho infantil, contra o aborto e outras tantas proposições fundadas mais na suposta traição de comportamentos e condutas a ferir a tradição, admitidas exatamente nos países em que a maioria é oriunda do protestantismo, como são os EUA. Para estar em consonância com esse movimento, tanto quanto com sua ideologia, após assumir o cargo, discursou em diferentes momentos sobre a oportunidade e importância de fazer indicações para compor o Supremo Tribunal Federal do Brasil, necessariamente com o adjetivo do perfil conservador, no qual assinala a marca “terrivelmente evangélico”, sobressaindo essa característica em detrimento da imprescindível cultura jurídica. Amparados nesta consigna, em que a excelência do jurista cede lugar ao ordenamento bíblico, o campo pentecostal acelerou seu sentido ao apelo presidencial e fez agressiva propaganda na mídia e nas redes controladas por este segmento na defesa da indicação deste perfil.

No plano mais imediato do município, os vereadores em Marabá estão distantes nessa questão. Eloi Ribeiro, da Igreja Universal do Reino de Deus, acredita ser legítima essa indicação “Para ajudar os Evangélicos a terem suas crenças e pautas livres”, concordando com a premissa da identidade religiosa na composição dos cargos públicos; diversamente do pastor Ronisteu, da Igreja do Evangelho Quadrangular, quando manifestou taxativamente que “prefere alguém que faça um bom trabalho independente da religião”.

Possivelmente, a expectativa de um presidente da república evangélico, por conseguinte, de um governo evangélico, ronda hodiernamente o espectro pentecostal. A memória sobre a década

de 1970, quando o presidente Geisel, de procedência luterana, governou pela chancela da ditadura civil militar, não chega a ser reativada devido à ausência dessa característica durante sua estadia no poder, contudo a ascensão da corrente neopentecostal trouxe à luz essa expectativa sobre a possibilidade de edificar um governo com compromissos nesses moldes.

Em nível nacional há lideranças comprometidas em exprimir esse desejo, enquanto na circunscrição regional de Carajás não encontramos representantes imbuídos desse objetivo. Segundo o pastor Ronisteu, quando interpelado sobre como seria um governo com um presidente evangélico? assinala o dever de prestar atenção às “pautas necessárias de forma justa”, não sendo essencial a investidura evangélica para ter seu apoio. Eloi Ribeiro compartilha a satisfação de um evangélico na chefia do Estado brasileiro, entretanto “Ele não deve governar só para os cristãos, mas usar seus valores de forma que melhore o país”. Não há nenhum estranhamento quanto a essa última postura. Diferentes propostas políticas apresentam legitimamente suas opções para o governo do país. Inovador é sustentar a primazia da religiosidade revestindo o sujeito político e o respectivo programa de governo.

Expressar valores de forma a melhorar o país tornou-se o mantra para exprimir uma dada mundividência religiosa se superpondo ao estado laico. Estado e religião fundidos são um revisionismo histórico a cortar transversalmente o tempo presente. O vigor desse chamamento tem sido o sustentáculo dessas igrejas ciosas em imprimir esse modo de experimentar o cristianismo por meio da pentecostalização da política. A região de Carajás não destoa desse panorama, nem do recrudescimento da concorrência no mercado religioso, em que as mensagens de salvação tenham sido associadas ao sucesso na vida pessoal e da coletividade, drama esse já descrito em relação ao estado do Tocantins, região próxima ao território da presente investigação.

O esforço de compreensão de Almeida (2021) sobre católicos, protestantes e pentecostais no estado de Tocantins pode ser uma ferramenta de auxílio na seleção das fontes e das alternativas de abordagem teórico-metodológica para captar como estas igrejas/denominações, especificamente as nascidas sob o signo da comunicação de massa, desde muito cedo, incorporaram o uso desses veículos de comunicação na propagação de suas crenças religiosas. Definitivamente este é um elemento vital para percebermos como estas ferramentas foram apropriadas nas diferentes igrejas. Também é imprescindível reconhecer como essas categorias de religião e mídia ressignificaram as concepções a respeito de moralidade e ética, como se pode testemunhar nas prescrições apresentadas sobre protocolos de comportamento e modelo de família, ordem e estado.

Aqueles deslocados para a região de Carajás podem ter as mesmas sensações de imigrantes em busca de novas oportunidades. Szekut e Oliveira (2017), ao descreverem a representação sobre o processo de colonização para o Paraguai nos anos 1970, captaram as narrativas elaboradas a partir das memórias destes imigrantes quanto à realização da salvação e de sucesso na nova terra. Inicialmente, os deslocados tinham uma identidade com a agricultura e procuravam fazer riqueza por este empreendimento; posteriormente as expectativas de expansão das atividades atraíram outros segmentos para se instalarem já na cidade de Santa Rita explorando o comércio, bem como os filhos da primeira leva de migrantes à cata de educação puderam se estabelecer na cidade, progrediram com ela, fomentando a noção de “desbravamento”, “conquista” e “civilização” (Szekut e de Oliveira, 2017). Contexto no qual houve constante tentativa de invisibilizar os povos

indígenas e como fruto da resistência destes houve a criação e demarcação de Terras Indígenas na região, o que, em alguma medida, valida essa noção de sucesso e salvação no novo lugar.

Entre narrativas particulares de migrantes, destacam-se as de Jackson Vieira, nascido em 05 de julho de 1990, vereador pelo Partido Social Democrático (PSD) e membro da Igreja Casa da Bênção, natural da cidade de Araguatins, no estado do Tocantins, que ilustra como um migrante produz sua autoimagem nas redes sociais. Reporta-se aos pais, Maria do Rosário Vieira dos Santos e João Himildo Alves da Silva, além de seus cinco irmãos, vindo para o Pará ainda pequeno para reunir-se ao pai, garimpeiro em Serra Pelada.

Tendo por primeira morada o antigo Distrito de Curionópolis, depois firma-se no município de Eldorado do Carajás. Em 2002, quando adolescente, converte-se ao que denomina cristianismo ao ter seu “encontro com o Senhor e Salvador Jesus Cristo, sendo batizado nas águas na 1ª Igreja Batista em Eldorado do Carajás, em 05 de dezembro do mesmo ano”; posteriormente sofreu nova conversão, seguindo como ativo membro da Igreja Casa da Bênção (ICB) Eldorado, por onde se elegeu vereador; movimenta o público evangélico nas Marchas para Jesus, *meeting* e outros cultos. Apresenta-se como palestrante motivacional, escritor, compositor, poeta, cantor, produtor. Todas essas realizações, segundo ele, são feitas para confirmar a presença de Deus em sua vida.

Em Santa Rita, no Paraguai, ou em Carajás no Pará, podem ser aproximados os relatos produzidos pelos migrantes na promoção de sua causa de fé em busca de sucesso e salvação. Conferindo lealdade ao campo pentecostal, o vereador Jackson Vieira empenhou-se para homenagear a “Igreja Assembleia de Deus Mãe em Eldorado, pelos seus 15 anos de serviços religiosos prestados ao município” presidindo a “Sessão Solene de Moção de Congratulações e Aplausos nº 005, de 2021” na câmara municipal de Parauapebas, na qual estiveram presentes o solicitante dessa celebração o Pastor Presidente Adriel Ribeiro”, acompanhado do prestígio da “Prefeita Iara Braga e do seu Vice-Prefeito Clenilton Albuquerque” e os vereadores Cristiley Fernandes (MDB), Zé Almeida (PSD), Haroldinho da 17 (PL), Júnior do Gravatá (PSD) e Paulinha da Saúde (MDB).

Se isso é banal por encontrarmos a recorrência dessa situação em outras casas legislativas pelo país, nem por isso pode ser descartado como algo prosaico do qual não se pode extrair nenhuma conclusão. Muito ao contrário. Este dispositivo lança luz sobre a importância do registro e reconhecimento das ações das igrejas pentecostais no cotidiano de cada uma das cidades, realçando, com sua presença, a influência para tornar cada vez mais evidente a condição pública de sua igreja no tecido social e político ao ter referendado pela câmara a “gradidão ao longo desses 15 anos de história”.

Não é apenas a pentecostalização da política. Trata-se de certa pentecostalização da sociedade, como podemos observar pela formalização da proposta de proibição de identidade de gênero quando foi apreciado o Plano Municipal de Educação no ano de 2015, portanto anterior ao período de hegemonia conservadora conquistado por esse campo com o golpe de 2016 contra a presidente legítima e legal do Brasil. Segundo o vereador José Pavan, do Solidariedade, seria preciso proteger crianças e adolescentes da influência das abordagens de gênero, emendando o projeto que continha o Plano Municipal de Educação com a redação “Fica vedada às escolas

municipais, tanto públicas quanto particulares, a aplicação da teoria da ‘identidade de gênero ou ideologia de gênero’.

Durante a discussão da emenda ao projeto PME da cidade de Parauapebas, a orientação nacional do campo pentecostal conseguiu acrescentar um parágrafo ao artigo 3º, indicando expressamente a rejeição à suposta ideologia de gênero presente nas escolas, tema caro à bancada evangélica e que acabou por ser incorporado pela maioria daquela casa, demonstrando ser uma pauta não exclusiva de pentecostais, estendendo-se ao campo conservador disposto em referendar essa tese. Cabe ao PME efetuar os meios para garantir a educação infantil de todas as crianças de nove meses a cinco anos; do Ensino Fundamental obrigatório, dos nove aos 14 anos; oferta para aqueles com necessidades educacionais especiais, em todos esses níveis; bem como a construção de novas unidades para atender às demandas e à recuperação das instalações de toda a rede. Se o objetivo é combater o analfabetismo, garantir a universalização do atendimento escolar com vistas à superação das desigualdades, promover a cidadania e erradicar a discriminação, esta emenda acaba tornando-se um paradoxo em relação a certos segmentos que requerem reconhecimento para sua cidadania, apesar do discurso envolto em uma lógica de gestão democrática, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica, valorizando os trabalhadores da educação.

Houve resistência a essa interpretação feita pelo campo pentecostal, afinal o sentido primeiro para o conceito de ideologia é a noção de falseamento. Para evitar uma discussão desprovida de fundamentos científicos, o vereador José Rodrigues, do Partido dos Trabalhadores (PT), conclamou seus pares para a necessária escuta qualificada entre especialistas e representantes das posições sobre este problema para não se deixar enredar por preconceitos, porém a matéria dispensou esse debate, ficando aprovada a emenda, conforme registra e divulga o site oficial da Câmara. Coube à relatora do projeto, vereadora Eliene Soares, também do PT, acolher a emenda sem qualquer menção ao mérito enfatizado por seu colega de partido (Cristina, 2015b).

Eliene Soares, originalmente com mandato no PT, cerra fileira no campo pentecostal quando emenda o Projeto de Lei nº 008/2015, para inclusão do “Campo das Assembleias de Deus de Parauapebas (Cadepa), com o tema ‘Mulheres de Deus que fazem a diferença’, para ser comemorado no dia 10 de novembro” acrescentando outra efeméride ao projeto de “Eventos religiosos no calendário municipal”, originalmente proposto por Charles Borges SDD. As comemorações do “Círio de Nazaré (4º domingo de outubro), Corrida de São Sebastião (20 de janeiro) e Marcha para Jesus (2º sábado de outubro)” passavam a ser estampadas na oficialidade do calendário municipal. Graças à mobilização de pentecostais na Câmara, também o “Dia da Bíblia (2º domingo de dezembro); aniversário da Igreja Assembleia de Deus em Parauapebas (20 de setembro); Desperta! (11 de abril) e Celebrai (2ª semana de outubro)” por iniciativa do vereador Marcelo Parcerinho, PMDB, membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão em Parauapebas, completaram a profusão dos signos religiosos cristãos daquela cidade (Cristina, 2015a) ficando de fora qualquer menção às religiões das populações tradicionais indígenas, afrodescendentes, judaicas e islâmicas.

Este projeto e suas emendas revelam o cerco religioso ao estado laico na esfera municipal com a colagem das crenças religiosas na estrutura do governo. Se houve uma absorção da tradição católica, como o Círio de Nazaré e São Sebastião, fica patente o volume de celebrações religiosas

alusivas ao campo pentecostal, desnudando a concorrência simbólica destas religiões no tecido político do município.

Eliene Soares, imigrante do estado do Maranhão, veio para a cidade de Parauapebas com o fito de melhorar de vida. Com formação em letras e administração, tem uma trajetória vinculada à gestão de escolas da rede e na secretaria de administração da cidade, como atesta o resumo feito no site de seu gabinete na câmara de vereadores (Parauapebas, s/d). Trasladou sua filiação ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na legislatura de 2016, possivelmente um lugar mais confortável para a acentuação da pauta pentecostal quando se acirrava a disputa política nacional pela destituição da presidente Dilma. No entanto sua pertença à Assembleia de Deus não fora obstáculo para servir à causa pentecostal quando detinha mandato de vereadora do PT. Isso demonstra como os diferentes partidos são suscetíveis às pautas pentecostais, podendo variar sobre o cerne das próprias propostas. A expansão pentecostal na região de Carajás tende a ser descrita como um impulso de conversão e conquista de almas, não necessariamente um projeto definido. Embora não seja possível captar todos os seus meandros, há expressado por essas denominações o desejo de tornar o país e cada localidade num território sob o domínio dessas formas de experimentar a religião.

Sacralizar o espaço público tornou-se um empreendimento de larga escala, encontrando apelo e apoio na unidade mais elementar da república. No município passaram a constar diversos símbolos que exaltam essa saga religiosa. Como evidência podemos constatar as proposições para a edificação de lugares de referência para os valores do pentecostalismo, tal qual a implantação de um Monumento da Bíblia⁵ na Praça da Bíblia na cidade de Parauapebas. Decerto, a trajetória do vereador Josemir em assinar projetos e requerimentos para sustentar esses objetivos não descuida de partilhar essa ideia como sendo representativa de uma grande maioria de cristãos. Embora reconheça que a maioria seja formada por católicos, agrega estes ao projeto de evangelização com a edificação de um nicho como o Monumento da Bíblia para sinalizar a aliança entre os humanos e Deus.

No início dos anos 2000, podemos constatar a ampliação da construção do campo pentecostal (Figura 5), em que cada igreja tem uma forma muito própria de realizar sua expansão diante do enfraquecimento visível da hegemonia católica no Brasil, que, até os anos 1980, gozava do prestígio de ser o maior país católico do mundo, por ser o catolicismo a religião que compreendia quase 80% da população brasileira. Com efeito, Araújo (2003), estudando sobre como a Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Ministério das Missões, em Curionópolis, colheu dentre seus entrevistados o significado da criação de mais uma igreja pentecostal, atribuindo o sucesso dessa jornada ao desejo de Deus, pois Ele opera, segundo essa interpretação, com a fragmentação de igrejas para poder dilatar a mensagem da salvação por via do credo pentecostal/neopentecostal, realizando mais ganhos de conversão.

⁵ Militando pelo PROS, o vereador Josemir Santos, não obstante não encontremos sua afiliação religiosa, solicitou através do requerimento nº 652/2021 a atenção do Poder Executivo Municipal para que realizasse estudos sobre a viabilidade na construção de um monumento na Praça da Bíblia, cuja temática seria um Memorial da Bíblia Sagrada, podendo este converter-se em cartão postal da cidade. Na qualidade de porta-voz das demandas feitas por pastores evangélicos no seu gabinete, argumentando ser um “anseio da Comunidade Cristã que poderia melhorar e valorizar a cultura do município”, sendo “composta por 67% da população” de católicos e evangélicos, enfatizou a oportunidade desse investimento, pois, “Com essa edificação, o poder público poderá elevar ainda mais a consciência cultural e cristã da população parauapebense sobre o livro que revela a palavra de Deus a toda humanidade (Quintino, 2021).

Figura 5 – Imagem de membros da Igreja Assembleia de Deus Missão aguardando o início do culto, Marabá, Pará, 2022.



Foto: Regiane Paracampos da Silva (5°20'03.59"S | 49°06'52.21"O).

Adotando um perfil considerado pragmático, a ação de criar templos do Ministério Madureira no Brasil da Assembleia de Deus permitiu uma aceleração da difusão nas cidades, especialmente na região sudeste do Pará, graças ao ativismo de Sebastião Luiz de Sousa, vindo de Goiás, creditado como responsável pela implantação do ministério dessa denominação em Curionópolis. Embora esse seu trabalho não tenha dado para competir com o Ministério da Missão nessa cidade, conseguiu estender para outras cidades do Sudeste do Pará. Sua influência foi estendida a “Parauapebas, Serra Pelada, [Projeto de Assentamento de Reforma Agrária] 17 de Abril, Eldorado do Carajás, São Domingos do Araguaia, Cedere II, (atualmente Canaã dos Carajás)”. Segundo Araújo (2003, p. 104), o trabalho criado por Sebastião Luiz de Sousa fez com que o movimento pentecostal acabasse tendo êxito ao mobilizar estratégias para agigantar a expansão dos protestantes na região de Carajás, àquela época denominada “Sudeste do Pará”. Por vias próprias, essas ações findam por conectar “o trabalho do Ministério de Missão e Ministério Madureira, sem contar com outros Ministérios também pentecostais”.

Houve uma troca de acusações quando da fragmentação entre estes ministérios religiosos, aventando supostos interesses econômicos disfarçados de interesses religiosos para justificar a expansão, contudo as próprias aproximações ocorridas, posteriormente, entre estes ministérios nos levam a crer a importância de sublimar os desentendimentos para justificar a necessária expansão pentecostal como um objetivo mais relevante.

Compreender as tensões sobre como experimentar a religiosidade na igreja Assembleia de Deus e suas ramificações do Ministério de Missão e do Ministério Madureira na cidade de Curionópolis é bastante representativo de como se processam os conflitos dentro de uma

denominação religiosa. Seguramente o mal-estar gerado com a quebra das relações entre irmãos oriundos de um mesmo tronco gerou muitas incompreensões, entretanto quando criam a justificativa da vontade divina, encontram o argumento para estabelecerem um novo propósito para a difusão de sua fé religiosa.

Aqui temos uma pista sobre esse processo de ramificação da mensagem, talvez seja mais correto dizer no plural, das mensagens neopentecostais. As igrejas/denominações obtêm seu crescimento na economia da concorrência, não apenas com o catolicismo, mas com outras mensagens religiosas. A exigência desse estado de ânimo é vital para viabilizar a difusão da vivência religiosa. O exercício de classificar as hidras dos herdeiros da Reforma, embora válido, tem sido bastante precário por não compreender a multiplicidade dessas representações, como atentou a crítica à sociologia da religião. Entre as tentativas de taxinomia, Alves (1982) apresentou a articulação de três modelos, circunscrevendo o protestantismo, de reta doutrina (Campos, 2008), o protestantismo do espírito (Maçalai e Nielsson, 2016) e o do sacramento (Silva, 2021), porém, sem ir ao cerne da experiência religiosa, como explicou Wirth (2001), preferindo o termo genérico protestante para seguir agrupando vivências religiosas daqueles a requerer essa identificação. Diante desse desafio, podemos perguntar: esse veio protestante, mesmo na sua forma plural, consegue ser acolhedor para incorporar as ramificações recorrentes e transversais do pluralismo pentecostal e neopentecostal?

A diversidade de experiências e convivências religiosas em nossa contemporaneidade pode sugerir um reclamo comum pelo retorno ao sagrado e do sagrado por conceber a existência da vida, indissolúvelmente, atrelada aos desígnios divinos, se considerarmos a oferta disponibilizada nas inúmeras e diferenciadas igrejas e denominações do neopentecostalismo. Não por acaso, nas áreas de expansão onde atua o neopentecostalismo, podemos identificar uma proliferação das suas igrejas, utilizando um repertório bastante elástico, desde a chamada igreja em célula, até as suas recombinações com os modelos tradicionais do evangelismo, cujo ápice pode, em determinados momentos, ser o televangelismo, tornando mais acirrada a competição por almas e díizimos dentro do campo pentecostal.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O panorama mostrado nestes escritos reflete a dificuldade de reter uma informação qualificada sobre a prática neopentecostalista. As desconfianças são mútuas entre pesquisadores e pesquisados. Os últimos não querem ver sua fé vilipendiada pelo discurso científico, reduzido à mera ausência de satisfação espiritual ou material, nem querem ser observados como faces exóticas da crença religiosa desperta em meio à racionalização promovida pelos instrumentos de modernização e modernidade. Lutam, e não digo isso apenas retoricamente, para imprimir o seu modo de “ser cristão” aos outros como parte constitutiva de sua teleologia, estando dispostos a manejar as oportunidades conforme elas se apresentam.

Em outra perspectiva, os pesquisadores são desafiados a explicar o processo de entronização dessa religiosidade aguerrida, sem desqualificar seus praticantes com juízos de valor, tais quais ingênuos, ignorantes, dirigidos por aproveitadores e outros adjetivos. Importa perceber a intervenção destes mesmos pentecostais em cada recanto. Utilizam-se os grandes meios de

comunicação para ampliar a audiência para suas pautas, o fazem porque esta é a maneira própria do tempo presente; atualizando o uso de recursos de mídia para difundir sua mensagem religiosa, tal como Renascença, os protestantes valeram-se da camaradagem entre mestres e operários gráficos para produzir e vulgarizar a Bíblia.

Por certo, as grandes igrejas e denominações nacionais ocupam a maior parte do noticiário na imprensa, entretanto o exercício cotidiano da experiência religiosa dentro de uma determinada vivência não está atrelado *in totum* a uma agenda nacional delimitada; na prática, tem havido uma centralização *a posteriori* produzida para além de seu território. A proliferação de concessões de televisão e rádio ostentando o sinal pentecostal é clara, todavia estas parelham em concorrência com os veículos católicos em busca da fidelização das almas. Para o plano regional nem sempre essa disputa assume tais contornos, às vezes sequer seja imprescindível sua existência, como no caso da Rádio Evangélica de Marabá, caracterizada como “segmento: Gospel” alcançando o “Sudeste Paraense”, a qual deixou de funcionar, como indica o seu *site*, sem explicar o motivo (Radiosnet, s/d-a).

Conclui-se ser dispensável um canal próprio para efetuar a disseminação da mensagem pentecostal, podendo ancorar-se nas grades de programação do televangelismo nacional, ou nas vizinhanças bem próximas na região através da Rádio Itupiranga Gospel; ou na região de Carajás, como Rádio Elohim, Rádio Web da Paz; Rádio Jovem Guarda e Rádio Popular em São Domingos do Araguaia - PA por gozarem de prestígio e carisma junto à audiência, servindo de alavanca para difusão da sua mensagem religiosa (Radiosnet, s/d-b).

A lição deixada por Marx sobre a grande revolução das mentalidades operadas por Lutero continua com uma atualidade impressionante. No alvorecer da modernidade, religião e fé como essência do mundo externo não deixam de ser um dado para nos interrogar ainda nos dias de hoje. No mundo medieval as catedrais expressavam a monumentalidade da religiosidade católica, esta exteriorização foi valorizada como essência interior do homem doravante a ser cultivada; garantido um território extremamente diverso e largo para prosperar o modelo de unificação entre sacerdote e leigo na execução da obra da santidade ofertada a todos (Marx, 2015). Sob a tríade do desejo do sagrado, da fragmentação das mensagens religiosas em denominações e a pulsão do indivíduo como agente de fé, o pentecostalismo consegue plantar sua semente, como podemos constatar na região de Carajás aqui tomada como representante.

Ademais, é possível perceber a região como um campo de missão religiosa, a exemplo de como foram retratados no século XIX em continentes inteiros. Para lá e para cá se lançam missionários de variadas experiências religiosas protestantes, tradicionais e renovadas carismáticas católicas, tanto quanto as denominações religiosas orientais e da tradição afrodescendente, todas em concorrência no mercado simbólico, porém a pulsão do chamado pentecostalismo está na dianteira ao enfatizar o projeto de sucesso e salvação por via da apropriação privada dos bens naturais e da riqueza material em construção nessa Terra Nova, superando os laços até então existentes das populações tradicionais que ali habitavam.

REFERÊNCIAS

- Almeida, V. (2021). Protestantes e Católicos no Tocantins: Estudos Históricos sobre religiões e religiosidades. *Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião*, 19 (1), 45-65. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/cam.v19i1.8486>
- Alves, E. L. (2020). *O desenvolvimento do pentecostalismo clássico no Brasil: a possível relação entre a teoria da universalização de uma religião e a afinidade eletiva, o caso das Assembleias de Deus*. [Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação, Faculdade EST]. São Leopoldo.
- Alves, R. A. (1982). *Protestantismo e repressão* (2 ed.). São Paulo: Ática.
- Andrade, M. C. O. (1977). *Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*. São Paulo: Brasiliense.
- Araújo, R. d. M. (2003). *Origem e expansão da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Ministério de Missões em Curionópolis*. [Monografia de graduação, IFCH, UFPA]. Belém.
- Bandini, C. A. d. P. (2003). A participação política dos pentecostais nas eleições de 2002—notas da Assembleia de Deus e da Igreja do Evangelho Quadrangular. In *Anais da XII Jornadas sobre alternativas religiosas na América Latina*. São Paulo.
- Camargo, C. P. F. e Souza, B. M. (1973). *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes.
- Campos, L. S. (2008). O discurso acadêmico de Rubem Alves sobre " protestantismo " e " repressão ": algumas observações 30 anos depois. *Religião & Sociedade*, 28, 102-137. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200006>
- Campos, R. B. e Junior, C. M. (2014). Como a fé e a religião estabelecem conexões transnacionais? O Pentecostalismo e seus modos de expansão no mundo globalizado. *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*.
- Carmo, A. T., Freitas Reis, M. V. e Jesus Rocha, C. (2017). Pentecostalismo e política: o envolvimento político da Assembleia de Deus do Amapá. *Correlatio*, 16 (2), 357-391. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v16n2p357-391>
- Cristina, N. (2015a). Câmara aprova inclusão de eventos religiosos no calendário municipal. *Ascomleg - Câmara de Vereadores*. Disponível em: <https://www.parauepebas.pa.leg.br/portal/index.php/noticias-plenario/item/278-camara-aprova-inclusao-de-eventos-religiosos-no-calendario-municipal>.
- Cristina, N. (2015b). Câmara aprova plano municipal de educação com emenda que proíbe 'identidade de gênero'. *Ascomleg - Câmara de vereadores de Parauapebas*. Disponível em: <https://www.parauepebas.pa.leg.br/portal/index.php/noticias-plenario/item/111-camara-aprova-plano-municipal-de-educacao-com-emenda-que-proibe-identidade-de-genero>
- Gonçalves, C. B., Seawright, L. e Bellotti, K. K. (2017). Protestantismos e História: a propósito dos 500 anos da Reforma Protestante. *Fronteiras: Revista de História*, 19 (34), 7-12. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v19i34.7589>
- Hauck, J. F. e Fragoso, H. (1985). *História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. São Paulo: Paulinas/Vozes.
- IBGE. (2002). Censo Demográfico 2000. In *Microdados da amostra (Banco de dados)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2012). Censo Demográfico 2010. In *Microdados da amostra (Banco de dados)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2017). *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Maçalai, G. e Nielsson, J. G. (2016). A violência de gênero e o discurso religioso: Entre a opressão e a inclusão. *Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*, 4, 201-219.
- Machado, M. d. D. C. (2006). *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV.
- Machado, M. d. D. C. e Burity, J. (2014). A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 57, 601-631. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201419>
- Marabá. (2021). *Projeto de Lei Ordinária 6/2021*. Marabá: Câmara dos Vereadores.
- Martins, J. d. S. (1996). O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, 8, 25-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

- Marx, K. (2015). *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Buenos Aires: Ediciones Colihue.
- Monteiro, M. A. e Silva, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 17-34). Belém: NAEA. (neste volume)
- Parauapebas. (s/d). *Sistema de apoio ao processo legislativo (SAL)*. Câmara Municipal de Parauapebas. Acessado em 10 jan. 2022 em <https://sapl.parauapebas.pa.leg.br/parlamentar/3>
- Pereira, R. d. N. M. (2007). A primeira das liberdades: O debate político sobre a liberdade religiosa no Brasil Imperial. *Desigualdade e Diversidade*, v. 1 (6), 98-121.
- Pessôa, F. T. M. (2022). *Ao cristão é proibido ter medo”: a trajetória da comissão pastoral da terra (CPT) no sul e sudeste do Pará durante a ditadura Militar (1975/1985)*. Ananindeua: Cabana.
- Quintino, J. (2021). Vereador Josemir pede à prefeitura construção de ponto para fretistas e implantação de monumento na Praça da Bíblia [Waldyr Silva]. *Ascomleg*. Disponível em: <https://parauapebas.pa.leg.br/portal/index.php/todas-as-noticias/1158-vereador-josemir-pede-a-prefeitura-construcao-de-ponto-para-fretistas-e-implantacao-de-monumento-na-praca-da-biblia>
- Radiosnet. (s/d-a). *Rádio Evangélica de Marabá*. Acessado em dez. 2021 em <https://www.radios.com.br/aovivo/radio-evangelica-de-maraba/34309>
- Radiosnet. (s/d-b). *Rádio Itupiranga Gospel*. Acessado em dez. 2021 em <https://www.radios.com.br/aovivo/radio-itupiranga-gospel/43074>
- Santos, J. (1992). A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In E. Hoornaert (Ed.), *História da Igreja na Amazônia* (pp. 296-320). Petrópolis: Vozes.
- Silva, T. R. d. (2021). Max Weber e a compreensão acadêmica do protestantismo brasileiro: um breve esboço. *Em Tese*, 18 (1), 355-371. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e74078>
- Szekut, A. e de Oliveira, J. E. (2017). “Aquí todos somos migrantes o hijos de migrantes, tanto los brasileños como los paraguayos”: memórias de migrantes brasileiros sobre a situação de colonização recente no Distrito de Santa Rita, Departamento de Alto Paraná, Paraguai. *Fronteiras*, 19 (34), 319-352. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v19i34.7603>
- Velho, O. G. (2009). *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788599662915>
- Vieira, D. G. (1980). *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil* (Vol. 1). Brasília: UNB.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito do capitalismo* (J. M. M. De Macedo, Trad.; A. F. Pierucci, Ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Wirth, L. E. (2001). Novas metodologias para a história do Cristianismo: em busca da experiência religiosa dos sujeitos religiosos. In S. R. Coutinho (Ed.), *Religiosidades, Misticismo e História no Brasil Central*. (pp. 22-34). Brasília: Cehila.

Sugestão de citação:

Neves, F. A. d. F. (2023). Do pentecostalismo à Terra de realização. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 257-277). Belém: NAEA. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap13>